

O ENSINO DAS LÍNGUAS CHINESA E PORTUGUESA

*Yong Qing **

Em Macau, na fase de preparação da educação gratuita, surgiu a ideia de que se devia usar a língua portuguesa para dar aulas, inclusive propor a língua portuguesa como obrigatória. Tudo isso foi bastante discutido e foi alvo de crítica. Na verdade, não é simplesmente um problema de língua, mas tem a ver com o desenvolvimento dos conhecimentos, da inteligência e da personalidade dos 80 000 alunos das escolas primárias e secundárias, e ainda a qualidade de formação que os educadores não devem ignorar. Os professores que ensinam a língua devem também pronunciar-se.

Em relação à divulgação do ensino da língua portuguesa, não é um problema tão simples para emitir uma opinião a favor ou contra. Reflectindo sobre o passado, o presente e o futuro de Macau, existem muitas razões concretas para que as pessoas aprendam e dominem a língua portuguesa. Sendo uma necessidade e em certas condições, quem irá recusar a aprendizagem da língua portuguesa? Veremos:

Primeiro, a língua portuguesa é usada há mais de 400 anos. Apesar da sua área de utilização ser bastante reduzida, durante séculos foi-se acumulando um valioso património cultural, tornando Macau uma cidade-museu mundialmente conhecida. Relativamente ao património cultural, não devemos tomar uma atitude materialista; devemos investigar esta velha e última «colónia» de Portugal, cujos documentos oficiais, ficheiros históricos, dados literários e artísticos e livros estão registados em português. De acordo com a estatística da Biblioteca Central, os livros, revistas periódicas e folhetos publicados pelos Serviços Públicos são em maioria editados em português, enquanto que os que são publicados pelos particulares são em chinês. Para haver continuidade no intercâmbio entre as culturas ocidental e oriental, seria impossível se não existissem pessoas que dominassem as duas línguas: português e chinês. A maioria dos dados históricos existentes no Arqui-

* Docente da Universidade de Macau.

vo Histórico do Instituto Cultural de Macau são registados em português, estão a receber um tratamento em Portugal, e microfilmados para serem arquivados nos arquivos portugueses. Relativamente à história da Cultura, pode-se dizer que «destruir é fácil, guardar e divulgar é extremamente difícil». Macau necessita de investigadores da língua portuguesa, historiadores, tradutores e muitos administradores da função pública, para dar continuidade a essa missão histórica.

Segundo, no período de transição de Macau, é necessário realizar as três grandes missões: «localização de funcionários», «localização de leis» e «bilinguismo». Se não houver pessoas em número suficiente que dominem perfeitamente o chinês e o português, essas missões não poderão ser concretizadas. É necessário dispor de naturais de Macau que dominem bem a língua portuguesa para compreender a estrutura administrativa e o sistema legal português. O trabalho de traduzir leis é por si só um trabalho difícil e, se se acrescentar a falta de bilíngues, as dificuldades são evidentes. Muitos documentos administrativos oficiais e legais são redigidos em português. Não se percebendo português, como se poderá concretizar a «localização»? Sem ter pessoas capazes, como poderá haver «a transição do poder político»? O governador e os responsáveis dos vários Serviços da futura Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) devem compreender o português, para dar exemplo aos outros, seguindo o espírito e o princípio da «Declaração Conjunta Luso-Chinesa» e da «Lei Básica».

Terceiro: após a transição dos poderes de Macau para a China, a amizade entre Portugal e a China tem de continuar. A língua portuguesa não será «devolvida» a Portugal. Macau será uma «janela» da China e será a «ponte» de desenvolvimento entre a China e outros países. A China poderá, através de Macau, infiltrar-se no Mercado Comum e na Comunidade Económica Europeia, o que beneficiará o desenvolvimento e a prosperidade da economia de Macau e da China. Na China existem algumas Universidades que abrem alguns cursos de Português, de Direito e de Administração Pública para formar pessoas bilíngues de Macau. Isto é uma perspectiva futurista.

Já que em Macau existem boas condições para a aprendizagem do português e isto sem contar com as pessoas que já entendem português, por que não aproveitar esta oportunidade e esforçar-se em aprender português, para formar bilíngues com melhores bases, a fim de manter a característica especial de Macau, mostrando o seu próprio papel? É claro que o objectivo do ensino e a criação de condições para a aprendizagem de português é, fundamentalmente, a formação de bilíngues.

O problema actual não é se se deve ou não aprender português ou divulgar o ensino de português, mas sim, porque não aproveitando a campanha de «Educação Gratuita» introduzir cursos de português nas escolas secundárias e primárias privadas, inclusive nos jardins de infância? Divulgação e elevação do nível de conhecimentos são duas coisas que se interligam, mas não se deve misturar a divulgação com a

isenção de propinas. Elas devem ser separadas. A isenção de propinas não deve ser considerada como uma «esmola».

A população deve estar consciente dos seguintes problemas:

1. A qualidade e a quantidade dos professores que ensinam português. A partir de 1988, o Governo de Macau tem-se esforçado bastante para divulgar o ensino de português. Por exemplo, de acordo com as palavras de um responsável da Administração, a divulgação de português é efectuada principalmente por dois meios: um é na promoção de cursos de português destinados a adultos ou jovens com idades superiores à idade escolar; outro é criar aulas de português nas escolas privadas chinesas (dr. Pereira da Rocha, 1989). Assim, além dos cursos de português criados pelo «Centro de Divulgação de Línguas» da Direcção dos Serviços de Educação e por alguns Serviços Públicos, a maioria das escolas privadas chinesas já tem aulas de português. Além disso, muitas associações, união de moradores e centros sociais de bairros também têm vários tipos de cursos de ensino de português. Dentro dos professores de português, alguns são macaenses que sabem falar cantonense. Nos últimos anos, a maioria dos professores são contratados vindos de Portugal. De uma maneira geral, a qualidade de ensino destes professores é boa, mas em relação a Macau, a qualidade destes professores de português também tem os seus problemas. Por exemplo, uma escola qualquer abre um curso de português, desde o início até ao meio do período escolar, não há professor de português; ou por exemplo, o professor de português de uma certa escola, talvez por não ter recebido formação profissional e a falta de experiência, acrescido de não ser bilíngue, em meia aula não consegue fazer os alunos entenderem um problema bastante simples de gramática. Tanto sofre o professor como os alunos! Abrindo apressadamente cursos de português sem resolver em primeiro lugar a qualidade e a quantidade dos professores, só resultará em perda de recursos e desorientação dos alunos.

2. Em relação à divulgação da língua portuguesa nestes últimos anos, não se pode dizer que o resultado seja mau; pelo menos, o número de pessoas que entendem português tem aumentado. Mas, de uma maneira geral, o resultado não correspondeu à expectativa dos custos gastos. Chineses que estudam português ou portugueses que estudam chinês, o resultado não tem sido como se desejaria. Alguns estudaram vários anos e ainda não conseguem utilizar a língua com fluência.

Desde dos anos 80, há muitos universitários, uns licenciados em Macau, outros que acabaram o seu curso superior no estrangeiro, que regressaram a Macau e foram trabalhar nos vários Serviços da Administração, constituindo a força motora da «localização de quadros», participando activamente em várias áreas técnicas. Estas pessoas deveriam ser as que poderiam obter melhores resultados no estudo da língua portuguesa. Mas algumas que estudaram um ou dois anos e que participaram nos cursos «PEP» (Plano de Estudos em Portugal), integrando-se num ambiente onde se fala português, pela lógica, deveriam ter já um

conhecimento profundo dessa língua. Mas acontece que, nos seminários internacionais sobre técnicas realizados em Macau, nos últimos anos, as composições técnico-profissionais destes técnicos são redigidas num «inglês» razoável. Pergunta-se: já que estudaram português durante tantos anos e já que trabalham nos Serviços da Administração, por que não usam a língua oficial que é o «português»? Resposta: o «português» é difícilimo e o nível é insuficiente. Acho que não se deve pensar na cultura das terras sem se pensar na sua colheita. Deve-se elevar o nível do ensino, rever o passado, tornando mais saudável o ensino da língua portuguesa.

3. Quanto ao ponto de vista de aprendizagem da língua estrangeira e da segunda língua. Até agora não há registos suficientes para provar que se deve começar pelo pré-primário ou primário. Isto depende muito dos factores e condições. Há muitas teorias que estão ainda na fase de evolução, mas sem conseguir provar-se. Basta ver os casos passados em Macau para se perceber logo aqueles problemas. Os alunos de Macau aprendem «inglês» desde o pré-primário, como uma disciplina obrigatória, com 6 ou 7 aulas por semana, no mínimo, ou mais de 10 aulas, no máximo. Ao fim de mais de 10 anos, depois de terminar o curso secundário, muitos deles continuam a não entender «inglês». Pelo contrário, muitos alunos da República Popular da China que emigraram para Macau, que não entendem «inglês», começando quase de «zero», mas com bastante força de vontade, e com bons professores, estudam afincadamente um, dois ou três anos, atingindo resultados brilhantes.

4. Sem uma base sólida como uma língua materna, e aprendendo três línguas ao mesmo tempo, das quais duas são estrangeiras, o aluno será sobrecarregado, criando-se um certo conflito entre as duas línguas, não se conseguindo dominar nem uma nem outra, o que vai influenciar na capacidade de pensamento dos alunos e interferir na captação dos conhecimentos e no desenvolvimento da sua inteligência. Os resultados negativos aparecem antes dos resultados positivos. Numa escola secundária, um professor de português dá os parabéns ao professor de inglês, porque os alunos escrevem palavras em inglês como se fossem palavras em português; e o professor de inglês dá também os parabéns ao professor de português, porque os alunos escrevem palavras em português como se fossem palavras em inglês. As duas línguas interferem uma na outra, criando confusões no pensamento dos alunos. Vejamos mais um exemplo real: numa aula de inglês, cujo tema era «countries, languages and nationalities», os alunos que não aprenderam português ainda conseguem escrever, enquanto que alguns que estudaram um pouco de português, escreveram *Português* em vez de *Portuguese*, *Chines* e *Engles* em vez de *Chinese* e *English*. Não é «maravilhoso»? É claro que, para os alunos secundários de Macau, se houver uma boa base da primeira e da segunda língua, poderão aprender convenientemente a terceira língua.

5. Nas escolas privadas chinesas, os alunos não têm entusiasmo e há falta de motivação na aprendizagem de português. O professor Paulo

Ferreira fez uma investigação sobre este problema e uma análise à situação real. O relatório da sua investigação «A necessidade de ensino das línguas chinesa e portuguesa nas escolas privadas chinesas» (publicado na revista «Administração n.º 16») continua actualizado até à presente data. Se ligarmos directamente os factores pessoais e os factores psicológicos do processo de ensino e de aprendizagem, o efeito produzido por meios simples administrativos é praticamente nulo. Devemos dar maior importância na elevação da qualidade dos professores e do seu nível profissional, no aperfeiçoamento dos métodos de ensino e do material didáctico.

Se os problemas atrás referidos não forem solucionados, a maioria dos cursos de português seria uma fantochada. Não só não se consegue atingir o objectivo que é dominar a língua portuguesa, desperdiçando os valiosos recursos, como também irá trazer uma série de efeitos negativos. Para mudar esta situação e para conseguir os objectivos da divulgação do ensino de português, a fim de formar futuros bilíngues de Macau, devemos desenvolver imediatamente os seguintes trabalhos:

1. A política actual da língua deve ser ligada ao princípio da necessidade em relação à língua no desenvolvimento da sociedade, da política e da economia. Se fizermos uma investigação a sério da situação real actual da língua na sociedade, em Macau, tal ajudará certamente na determinação política das medidas necessárias em relação à língua. Ao mesmo tempo, as pessoas que vão determinar essas medidas devem investigar, debater repetidamente, adquirir factos reais e ter uma perspectiva futura. Tendo uma teoria admissível e números exactos como base, então não será necessário andar «às apalpadelas». Em primeiro lugar, a qualidade dos professores. Depois, quais as escolas que têm condições para organizar cursos de português? Nas escolas onde se lecciona português há condições para alargar as turmas? No total, quantos professores de português serão necessários?

2. Escolher e formar rapidamente os professores de português. Necessariamente o seu «português» tem de ser muito bom, seria óptimo se a sua especialidade fosse o ensino de português. Deve ter bons conhecimentos na pronúncia, na gramática, na formação de frases, no vocabulário, etc.; deve ter ainda métodos de ensino, técnicas de ensino e conhecimento sobre administração das aulas. Ao mesmo tempo, seria óptimo se tivessem amor pelo ensino e se gostassem dos alunos chineses, sem racismo. Assim, os Serviços de Educação poderão basear-se no número necessário de professores de português, planear, passo a passo, escolher os professores de português existentes e organizar cursos rápidos de formação qualitativa desses professores. Um indivíduo que estudou no Centro de Divulgação da Língua Portuguesa pode talvez dar-nos uma indicação com a sua experiência pessoal do que é mais importante na escolha e na formação qualitativa dos professores. O seu primeiro professor de português era uma portuguesa que não entendia chinês, mas que tinha amor pelo ensino. Ela utilizou ambientes, objectos

concretos, figuras e utilizou o seu inglês para dar aulas, mandou fazer grande quantidade de exercícios e elaborou material escrito de apoio que completou com pequenos manuais publicados pela Administração. Ela era bastante alegre na maneira de falar, bastante activa, de reflexo rápido e concentrava-se muito no ensino. Por isso, foi muito bem aceite pelos alunos, incentivando-os e conseguindo bons resultados. A sua segunda professora de português era também portuguesa sem entender chinês e sem grandes conhecimentos sobre Macau. A sua explicação em inglês era também medíocre, havia portanto dificuldades na comunicação com os alunos. Mas ela esforçava-se bastante e tinha o seu método de ensino. Um dia, ela encontrou bastante dificuldade ao tentar explicar «transformá-lo», «conhecê-la» e «comprar-lhe». Ela voltou a explicar e os alunos continuaram a abanar a cabeça dizendo: «Não percebi». Uma aluna que era professora acenou com a cabeça afirmativamente. Ela ficou muito contente. Aquela aluna era a sua salvação. Pediu-lhe: «A Senhora Professora XXX pode explicar em chinês!». E apontou para o quadro acrescentando: «Tudo!» Assim, com a ajuda daquela aluna, todos os alunos conseguiram compreender. Daí podemos concluir que, se estas duas professoras tiverem uma formação qualitativa, o ensino teria, de certeza, melhores resultados.

3. A divulgação do ensino de português pode avançar simultaneamente em vários sentidos:

3.1. Consolidar e elevar o nível dos cursos de português leccionados nas escolas privadas chinesas, tirar uma conclusão das experiências obtidas, divulgando-a, a fim de poder preparar mais cursos de português;

Em relação às escolas privadas chinesas que ainda não têm cursos de português, pode-se pensar na hipótese de organizar cursos de português para os alunos do 10.º ano de escolaridade, como hipótese para os alunos na escolha de uma segunda língua estrangeira, e como preparação para o ingresso na Função Pública ou nos cursos em Portugal ou nos países de língua românica, dando a esses alunos uma oportunidade na aprendizagem de português;

3.2. Nas escolas privadas onde se utiliza o inglês como meio de comunicação, podem-se organizar cursos de português como hipótese para os alunos na escolha de uma segunda língua estrangeira, a partir do 10.º ano de escolaridade; para algumas escolas com melhores condições, estes cursos poderão até começar a partir do ciclo preparatório;

3.3. Nas escolas oficiais portuguesas ou luso-chinesas (incluindo pré-primárias, primárias e secundárias), que têm características especiais ou em que a língua-mãe é o «português», o ensino de português deve continuar a contribuir para manter esta característica;

3.4. Os cursos ministrados pelo Centro de Divulgação de Línguas são talvez um meio de divulgação do ensino de português. Simplesmente, a assiduidade dos alunos é bastante baixa, e o número de alunos é muito variável. Se houver um método mais flexível na escolha e no recrutamento dos alunos por um lado, elevando o nível de qualidade dos

professores por outro, e ainda, aplicação prática dos conhecimentos adquiridos pelos alunos, haverá certamente benefícios;

3.5. Os cursos «PEP» (Plano de Estudos em Portugal) na formação de bilíngues da Administração Pública de Macau têm sido um sucesso. Mas a selecção dos candidatos deve ser mais lógica, melhor planeada, devendo incentivar os alunos a estudar o «português» com mais afinco e como se fosse uma missão a cumprir. Simultaneamente, deve haver medidas que podem dar continuidade aos conhecimentos adquiridos, evitando a perda destes técnicos;

3.6. O ponto de vista a longo prazo, de acordo com as palavras proferidas pelo Primeiro-Ministro português, dr. Cavaco Silva, em relação à opinião de se fundar em Macau um centro cultural e uma escola onde se dão aulas em português, depois de 1999, deve ser activado e posto em prática.

Além disso, a Universidade, o Instituto Politécnico de Macau e a Escola Superior das Forças de Segurança, também organizaram vários cursos de português, e ainda algumas Universidades da República Popular da China organizaram cursos de formação de bilíngues (chinês e português) para a população de Macau. Existem ainda outras entidades que proporcionam cursos de português, tais como algumas associações populares, União de Moradores, Centros de Juventude. Não devemos, portanto, preocupar-nos com o que se passa nas escolas privadas chinesas. Olhando para o quadro geral, conseguimos compreender quais são os assuntos mais urgentes, a utilização e distribuição mais lógica dos recursos, qual formação qualitativa a dar aos professores, como planear melhor. Assim, poderemos prever o futuro!

